

JORNAL SEM PATRÃO: O 'PRETO NO BRANCO' NO ENFRENTAMENTO DA DITADURA MILITAR

NO BOSS NEWSPAPER: THE 'PRETO NO BRANCO' IN THE CONFRONTATION OF THE MILITARY DICTATORSHIP

PERIÓDICO SIN JEFE: EL 'PRETO NO BRANCO' EN LA CONFRONTACIÓN DE LA DICTADURA MILITAR

Camila Escudero

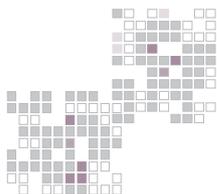
■ Docente pesquisadora da Universidade Metodista de São Paulo. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

■ E-mail: camila.escudero@metodista.br

Helder Marques de Sousa Coelho

■ Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo.

■ E-mail: heldermarques610@gmail.com



RESUMO

Este estudo enfoca a experiência do *Preto no Branco*, criado pela Cooperativa dos Jornalistas de Santos – Jornacoop (1979-1980). O objetivo é discutir, no contexto das conexões entre história e comunicação, as formas de comunicação da história, tendo como recorte o conteúdo do periódico sobre ditadura militar. Destacam-se ainda a ênfase na história do jornal e sua inserção no panorama da imprensa alternativa. Para isso, fizemos uso de pesquisa bibliográfica e documental, análise de conteúdo e entrevistas semiestruturadas. Entre os principais resultados, indica-se que o jornal se destacou por sua relativa longevidade e por seu caráter cooperativista, além de ter destacado e registrado a ditadura militar em Santos, cidade brasileira bastante penalizada pelo regime.

PALAVRAS-CHAVE: IMPRENSA ALTERNATIVA; DITADURA MILITAR; COOPERATIVAS DE JORNALISTAS; JORNAL *PRETO NO BRANCO*.

ABSTRACT

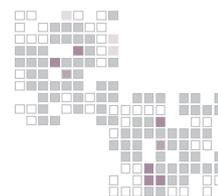
This study focuses on the experience of *Preto no Branco* newspaper, created by Cooperativa dos Jornalistas de Santos – Jornacoop (1979-1980). Our goal is to discuss, in the context of the connections between history and communication, about the newspaper content against the military dictatorship. Also, we highlighted the emphasis on the newspaper history and its insertion in the alternative press panorama. For this, we used bibliographic and documentary research, content analysis and semi-structured interviews. Among the main results, it is noted that the newspaper stood out for its relative longevity and its cooperative character, as well as having highlighted and registered the military dictatorship in Santos, a Brazilian city that was severely penalized by the regime.

KEYWORDS: ALTERNATIVE PRESS; MILITARY DICTATORSHIP; JOURNALISTS COOPERATIVE; *PRETO NO BRANCO* NEWSPAPER.

RESUMEN

Este estudio se centra en la experiencia del periódico *Preto no Branco*, creado por la Cooperativa de Periodistas Santos – Jornacoop (1979-1980). El objetivo es discutir, en el contexto de las conexiones entre la historia y la comunicación, las formas de comunicación de la historia, tomando como base el contenido del periódico para enfrentar la dictadura militar. También cabe destacar el énfasis en la historia del periódico y su inserción en el panorama de la prensa alternativa. Hicimos uso de investigación bibliográfica y documental, análisis de contenido y entrevistas semiestructuradas. Entre los principales resultados, se observa que el periódico se destacó por su relativa longevidad y su carácter cooperativo, además de haber registrado e destacado la dictadura militar en Santos, una ciudad brasileña muy castigada por el régimen.

PALABRAS CLAVE: PRENSA ALTERNATIVA; DICTADURA MILITAR; COOPERATIVAS DE PERIODISTAS; PERIÓDICO *PRETO NO BRANCO*.



Introdução

Sabe-se que, no Brasil, no período do regime militar (1964-1985), houve forte controle dos meios de comunicação por parte do Estado, sendo os órgãos da chamada imprensa alternativa fundamentais para levar à população informações que não eram veiculadas pela grande imprensa. Um desses títulos alternativos foi o *Preto no Branco*, lançado pela Cooperativa dos Jornalistas de Santos (Jornacoop) em agosto de 1979 e que circulou até dezembro de 1980, hoje correndo o risco de ter sua história apagada. Isso porque verificamos a inexistência de menções significativas em livros ou estudos ao *Preto no Branco* somada aos poucos documentos e exemplares do jornal (15 no total), além da atual idade avançada de alguns dos profissionais que atuaram intensivamente e por mais tempo no veículo. O percurso da Jornacoop também é muito pouco conhecido, apesar de ter sido a primeira cooperativa dessa categoria profissional no estado de São Paulo, fundada em 1977.

A lacuna na investigação sobre essa publicação da imprensa alternativa é mais evidente por não ter sido incluída na lista de 140 jornais relacionados por Kucinski (2001) em sua pormenorizada obra *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. O único material mais amplo sobre o jornal pode ser encontrado em um artigo escrito pelo ex-presidente da Jornacoop, Ouhydes Fonseca, no jornal *A Tribuna*, de Santos, em 2008. Outra singela citação vem do *Inventário dos jornais de Santos: 1849-2000*, trabalho desenvolvido por Lopes e Silva (2017), que informa somente que a coleção completa do *Preto no Branco* pode ser apreciada na hemeroteca da Universidade Católica de Santos (UniSantos) e que há também alguns exemplares na Universidade de Campinas (Unicamp).

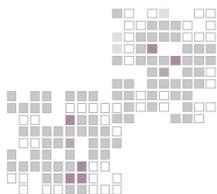
Assim, diante do desconhecimento sobre a trajetória do jornal da Cooperativa dos Jornalistas de Santos e do risco de sua história se perder com

o passar do tempo, este estudo teve como objetivo refletir – dentro do contexto das conexões entre história e comunicação – sobre as formas de comunicação da história, tendo como recorte o conteúdo do periódico no enfrentamento da ditadura militar, bem como sobre o significado do veículo entre os órgãos da comunicação alternativa, partindo de três indagações principais: 1) qual a linha editorial do jornal?; 2) Quais os assuntos relacionados à ditadura que foram mais abordados nas edições?; e 3) Qual a contribuição do tabloide para a história da imprensa alternativa do Brasil?

Para responder às perguntas e atingir o objetivo, realizamos o trabalho em algumas etapas. A primeira foi fazer uma breve revisão de literatura a partir de autores, conceitos e reflexões sobre imprensa alternativa e regime militar no Brasil. No caso da ditadura, o foco recaiu especialmente sobre os momentos decisivos da cidade de Santos na resistência ao golpe de 1964, de forma a compreender melhor o contexto em que foi criado o *Preto no Branco*, durante um período de exceção e em uma cidade apontada como sendo reduto de movimentos de esquerda.

A partir disso, propomos uma análise de conteúdo, baseada nas propostas de Bardin (1977), que teve como *corpus* as 15 edições do jornal publicadas. No total, foram examinadas 342 matérias, verificando-se a valorização dos textos por meio do uso de manchetes, chamadas, fotos e ilustrações. Houve a seleção do conteúdo relativo à ditadura, observando-se os gêneros jornalísticos adotados e os assuntos mais recorrentes a partir de dez palavras-chave. Também foi feita uma avaliação comparativa com base no quadro de jornais alternativos brasileiros organizado por Kucinski (2001).

Outra etapa do trabalho foi uma pesquisa documental – realizada a partir das indicações de Gil (2008) – que consistiu na análise do livro de atas da Jornacoop, na coleção integral do tabloi-



de e em um manifesto do Comando de Caça aos Comunistas de Santos, que cita o jornal em suas ameaças. Por fim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conforme orientações de Boni e Quaresma (2005), que puderam complementar informações não disponíveis nos documentos da Cooperativa e na coleção do jornal¹.

Como hipóteses, consideramos que o mensário santista deu ênfase em sua trajetória ao destaque e registro da ditadura, seguindo linha editorial de tradição oposicionista da cidade, contribuindo para o conhecimento da história do regime. Além disso, o fato de ter abrangência regional o coloca em um patamar de expressão entre os jornais alternativos brasileiros principalmente por Santos ser reconhecida como uma cidade emblemática na luta contra a ditadura militar. Destaca-se ainda a importante longevidade do veículo, em comparação com outros títulos da imprensa alternativa da época.

Características da imprensa alternativa

Os jornais alternativos cobravam com vigor a restauração da democracia, o respeito aos direitos humanos e criticavam o modelo econômico em contraste com a complacência da grande imprensa para com o discurso triunfalista da ditadura militar e apresentavam, como traço comum, “a oposição intransigente ao regime militar”, segundo Kucinski (2001, p. 13). Chinem (2004), outro pesquisador que se aprofundou no tema da imprensa alternativa, emprega exatamente as mesmas palavras para afirmar que a imprensa alternativa caracterizava-se “pela oposição intransigente ao regime militar” (CHINEM, 2004, p. 7).

Já Gasparian (1977, p.32), fundador do sema-

nário *Opinião*, a define resumidamente como “uma imprensa com um só compromisso: o leitor” (GASPARIAN, 1977, p. 32). Por sua vez, Pereira (2005), ex-editor de *Movimento e Opinião*, aponta o conteúdo como o diferencial dos alternativos. “A imprensa alternativa que nos interessa analisar é a que tem um conteúdo diferente, uma posição social – cultural, econômica e política – diferente da que tem o jornalismo das grandes empresas” (PEREIRA, 2005, p. 65).

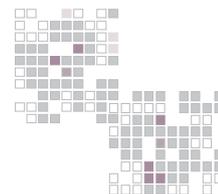
Festa e Lins da Silva (1986, p. 10) não se restringiram aos veículos impressos e passaram a falar em comunicação alternativa, destacando-a da comunicação popular, justificando essa posição pela “atomização” ocorrida no setor a partir de 1982-1983, após o abrandamento das restrições políticas, e “pelo quase desaparecimento da comunicação alternativa”.

Posteriormente, Peruzzo (2015) revisitou o termo com mais profundidade e diferenciou a comunicação alternativa da comunicação popular e comunitária, porque o encerramento da ditadura militar trouxe um novo cenário às mídias que se contrapunham à imprensa comercial e, optar por um ou outro adjetivo, significaria deixar de abarcar o mosaico que elas representam.

Sobre a quantidade de jornais alternativos que circularam durante o regime militar não há unanimidade entre os pesquisadores. Chinem (2004, p. 7) afirma que, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 300 periódicos. Kucinski (2001, p. 12) calcula terem existido cerca de 150 jornais nesse período. Horta (2008, p. 79), que fez um estudo sobre o acervo do Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do Rio de Janeiro, contabiliza 160 jornais que surgiram e desapareceram entre 1964 e 1980.

A respeito da linguagem adotada pela imprensa alternativa na época, Faerman (1977) a chamava de “a doença da pequena imprensa”, argumentando que ela deveria ser viva, moderna, fluente e criativa, mas “há uma tendência ao in-

¹ As entrevistas foram realizadas pelos autores deste trabalho ao longo do ano de 2018 com: Aurelindo Teles, fundador e diretor financeiro e administrativo da Cooperativa; Marcelo Di Renzo, fundador e secretário da entidade; Oswaldo de Mello Júnior, editor do *Preto no Branco*; e Carlos Mauri Alexandrino, repórter do jornal e responsável pela Agência de Notícias da Jornacoop.



telectualismo acadêmico, ao sociologuês, ao economês, ao politiquês” (FAERMAN, 1977, p. 33). Pereira (1977, p. 35), por outro lado, vê a censura como a responsável pela sofisticação da linguagem na imprensa alternativa, ou seja, quanto menos compreensível fosse a mensagem, maior a possibilidade de ela ser liberada pelos censores. Gasparian (1977) também culpa a censura pela linguagem empregada pelos jornais alternativos. “Para fugir da censura, criou-se um estilo mais acadêmico, elocubrações mais elaboradas. Mas isso é ruim porque restringe o número de leitores. O jornal não é elitista porque quer, mas porque é obrigado” (GASPARIAN, 1977, p. 34).

Os estudiosos da imprensa confirmam o inconformismo dos militares em relação aos jornais alternativos e por isso teriam sido as principais vítimas da censura. De acordo com Juarez Bahia (1990, p. 314), os tabloides assumiam uma postura de “contestação, insubmissão, marginalidade e independência” e que não havia qualquer tolerância da ditadura, porque eles eram enquadrados “como focos da propaganda subversiva ou força auxiliar do terrorismo”.

Em uma tentativa de homogeneizar os vários títulos da imprensa alternativa, alguns estudiosos procuraram classificá-los em segmentos. Devido à multiplicidade de publicações, essas divisões por grupos não conseguem abarcar toda a diversidade editorial e se mostram incompletas, apesar de revelarem, ainda assim, traços predominantes de alguns dos veículos que existiram durante a ditadura.

Kucinski (2001, p. 6) foi o que mais se preocupou com essa segmentação e delimitou inicialmente duas classes de jornais alternativos. Uma delas seria de órgãos predominantemente políticos, cujas raízes estariam “nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960”. A outra categoria teria origem nos movimentos de contracultura

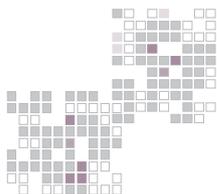
norte-americanos, eram mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, mas, segundo o autor, opunham-se ao regime militar até mais visceralmente que os demais.

Talvez percebendo a insuficiência dessa categorização, o próprio Kucinski (2001, p. 18) expôs outra classificação, desta vez por períodos de tempo, que chamou de “ciclo alternativo”. Ele dividiu os tabloides em dez fases, com início em 1964 com o *Pif Paf*, e encerrando esse ciclo a partir de 1977, com o surgimento de jornais ligados aos movimentos populares, como *Batente*, e uma nova geração de jornais experimentais, como *Avesso*.

Uma terceira classificação da imprensa alternativa foi elaborada pelo mesmo autor (2001, p. 259) em quadro no qual relaciona os jornais alternativos que circularam entre 1964 e 1980. Apesar de anunciar a existência de 150 jornais alternativos, o referido quadro contabiliza 140 títulos, relacionados nominalmente e distinguidos por categorias: “predominantemente políticos, de reportagem, de humor, culturais, feministas, anarquistas, gays, ecológicos, nacionais, regionais e efêmeros” (KUCINSKI, 2001, p. 259).

Já Araújo (2009, *online*) apontou três tipos de imprensa alternativa: jornais de esquerda; revistas de contracultura e publicações de movimentos sociais. No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que cada um deles apresenta características e dinâmicas próprias, englobando uma diversidade interna muito grande, de conteúdos, de propostas e de posições.

Com o fim da ditadura militar, a imprensa alternativa sucumbiu apesar da grande diversidade editorial, das diferentes propostas estéticas, da multiplicidade de temas e da abrangência geográfica distinta. Kucinski (2001, p.12) analisa o término da onda de jornais alternativos acreditando que não se pode considerar a repressão, os sequestros de edições, a censura prévia e os processos políticos como causas diretas do fechamento sem levar em conta as crises latentes den-



tro dos jornais. O autor vê a imprensa alternativa estimulada pelo surgimento da ditadura, mas com existência particular na história, “como uma das últimas grandes manifestações da utopia no Brasil” (KUCINSKI, 2001, p. 15).

Santos: uma cidade sufocada pela ditadura militar

Para explorar melhor o papel do *Preto no Branco* no período do regime militar, é necessário compreender o que representava a cidade de Santos no panorama político nacional antes e após o golpe. A cidade esteve vinculada, direta ou indiretamente, a vários episódios que marcaram o percurso da ditadura militar no Brasil, e o tabloide da Cooperativa dos Jornalistas de Santos revelou algumas dessas histórias que marcaram o sentimento de resistência dos santistas em relação à situação do município imposta pelos militares.

O Brasil vivia o auge do sindicalismo entre os anos de 1960 e 1964, segundo Rodrigues (1997), e Santos ocupava um espaço de relevo no movimento sindical e na política nacional. Entre os líderes sindicais que dialogavam com o presidente João Goulart, alguns dos mais importantes tinham a Baixada Santista como base.

Em 1960, criou-se o Pacto de Unidade e Ação (PUA), formado pelos sindicatos dos trabalhadores ferroviários, marítimos e portuários, de vários estados, tendo como um de seus principais dirigentes o líder da estiva do porto de Santos, Oswaldo Pacheco. No mesmo ano, surge o Fórum Sindical de Debates, que reunia 53 dos principais sindicatos da Baixada Santista, de diferentes categorias, responsável pela articulação de seguidas greves na cidade. Em agosto de 1962, é fundada uma central sindical de caráter nacional, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), e Oswaldo Pacheco é eleito secretário-geral. O poder do sindicalismo santista foi demonstrado em 1963 pelos portuários de Santos, que conquistaram um conjunto de 17 benefícios, entre eles,

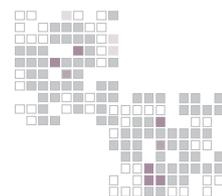
férias em dobro, licença-prêmio e complementação aos aposentados para equiparação salarial com os portuários da ativa.

Quando os Estados Unidos decidiram oferecer retaguarda militar para o movimento de deposição de Goulart na chamada *Operação Brother Sam*, a intenção era deslocar uma força-tarefa que desembarcaria no porto santista. A frota era composta por um porta-aviões, quatro petroleiros carregados com 136 mil barris de petróleo, seis destróieres, um navio de transporte de helicópteros, seis aviões de carga, oito de reabastecimento, um de comunicações, oito caças e um posto de comando aerotransportado, além de 110 toneladas de armas e munições (SILVA; ALEXANDRINO, 1988, p. 36-37).

Na tarde de 31 de março, assim que surgiram os rumores sobre a queda de Goulart, as principais lideranças sindicais de Santos se reuniram e decidiram reagir, mesmo não tendo informações suficientes sobre a evolução do movimento. Geraldo Silvino, que integrava o Fórum Sindical de Debates, conta que houve essa resistência dos trabalhadores em Santos “pois não se podia aceitar o golpe militar de braços cruzados” (OLIVEIRA, 1988, p. 63). O porto de Santos parou no dia 31 de março; o serviço de bondes também deixou de funcionar no dia 1º, assim como a Refinaria Presidente Bernardes e a Cosipa, em Cubatão, mas não havia como resistir à repressão dos militares por muito tempo.

Ademar dos Santos, ex-dirigente do Sindicato dos Operários Portuários, em entrevista ao jornal *Diário do Litoral*, relembra o período de prisões e intervenções nos sindicatos santistas nesses primeiros dias do golpe.

O sindicalismo de Santos era forte e muito temido pelas autoridades do País. Decretar intervenção nos sindicatos e prender os sindicalistas num navio foi a forma de intimidar, fazer o sindicalismo santista se curvar, para



minar nossa força e nossa resistência. Uma forma de exemplo para todo o País (SANTOS, 2013, online).

No dia 3 de abril, um grupo de mulheres que havia participado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade procurou alguns vereadores exigindo a cassação do vereador Luiz Rodrigues Corvo, de 22 anos, por suas ligações com o Partido Comunista. Sua cassação foi decidida em tempo recorde, com aprovação de 26 dos 31 integrantes da Câmara de Santos. Era a primeira cassação de mandato ocorrida no país, antes mesmo de qualquer providência nesse sentido por parte do novo regime.

Não demorou muito para que o prefeito José Gomes e o presidente da Câmara Municipal na época, João Inácio de Souza, fossem cassados pelo presidente Castelo Branco por meio do Ato Institucional 1 (AI-1). José Gomes foi preso, assim como os vereadores Oswaldo Justo e Benjamin Goldenberg, além do chefe de gabinete de Gomes, o jornalista Juarez Bahia. Já o deputado federal santista Rubens Paiva, vice-líder do PTB, foi um dos primeiros a serem cassados pelo AI-1.

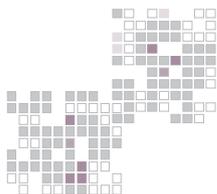
Não foi surpresa a repressão adotada pelos militares contra a cidade. Desde 1947, quando houve a eleição de 14 vereadores do Partido Comunista para a Câmara de Santos, que o município ostentava o título de “Moscou Brasileira”. Já no começo dos anos 1960, passou a ser conhecida por “Cidade Vermelha” e “República Sindicalista”. Em depoimento prestado em 1988 especialmente para o livro *Sombras sobre Santos* (SILVA; ALEXANDRINO, 1988), o coronel Erasmo Dias, que era major em 64 e um dos líderes do regime militar na Baixada Santista, confirmou a imagem que se tinha da região.

Santos foi onde a revolução correu maior perigo, maior risco. A cidade era como um ponto de partida, a própria origem da revolução.

Porque aqui o esquerdismo adquiriu uma força potencial que não existia no Brasil inteiro. Durante um ano não houve um dia em que não tinha uma greve. A Câmara de Santos era dominada pelos comunistas, o prefeito de Santos era ligado aos comunistas, toda a potencialidade política de Santos estava nas mãos do que eu costumo chamar de peleguismo sindical comunista. Essa força vinha do sindicalismo. Aqui tinha um tal de Fórum Sindical de Debates que era uma espécie de soviete, que para mim foi o primeiro soviete que tentaram implantar no Brasil para a revolução socialista (DIAS, 1988, p. 14).

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), em sua vasta investigação sobre a ditadura militar, identificou seis navios utilizados como prisões, entre eles o *Raul Soares*, para onde os presos políticos de Santos foram levados. A CNV recebeu muitas queixas dos ex-presos sobre maus-tratos nessa embarcação. A comida foi descrita em diferentes depoimentos como “nojenta”, “ruim” e feita em péssimas condições de higiene, e os presos tinham que utilizar colheres que não eram lavadas (BRASIL..., 2014, p. 825). O navio ficou ancorado nas proximidades da Ilha Barnabé, no estuário de Santos, e recebeu presos políticos de 24 de abril a 23 de novembro de 1964.

No plano nacional, desde a entrada em vigor do AI-5, no final de 1968, a repressão foi ficando mais violenta. Começavam os “anos de chumbo”, com a intensificação das ações de censura, prisões, cassações de parlamentares e o emprego de métodos de tortura nos interrogatórios. Um dos primeiros cassados pelo novo ato institucional foi o deputado federal Mário Covas, que era então o líder do MDB na Câmara Federal. Na sequência, outros parlamentares santistas foram cassados: os deputados federais Gastone Righ e Francisco Prado de Oliveira e o deputado estadual Oswaldo Martins.



Mas a cassação mais sentida pelos santistas foi a do deputado estadual Esmeraldo Tarquínio. Nas eleições municipais de novembro de 1968, pela legenda do MDB, Tarquínio venceu a disputa pela Prefeitura, tendo como vice Oswaldo Justo. A oposição também conseguiu fazer a maioria no Legislativo, com dez vereadores. “A vitória de Tarquínio e Justo tinha o sabor de uma revanche contra o totalitarismo, as prisões, torturas, perseguições, corrupção desenfreada e desmandos administrativos suportados nos últimos anos” (SILVA; ALEXANDRINO, 1988, p. 90).

Mas eram cada vez mais frequentes os rumores de que o regime militar não toleraria que Santos tivesse um prefeito do MDB e ainda com maioria na Câmara. O fato de Tarquínio ser negro era um ingrediente a mais para impedir sua posse. As manchetes do diário *Cidade de Santos* revelam bem o que representava a vitória de Tarquínio: “Deu crioulo mesmo, Tarquínio eleito” (17 de novembro) e “Tarquínio deixa muita gente louca” (18 de novembro). Como já se prenunciava, em 1º de abril de 1969 foi decretada a intervenção federal na cidade.

Napolitano (2014, p. 135) alerta para uma mudança nos procedimentos adotados pelos órgãos de repressão a partir de 1971, quando se adotou outra solução: o desaparecimento. Daí em diante, os torturadores refinaram as técnicas de desaparecimento físico do corpo, usando, dentre outras, incineração, esquartejamento e sepultamento como anônimo ou com nomes trocados (NAPOLITANO, 2014, p. 135).

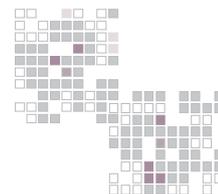
Foi o que aconteceu com Rubens Paiva. Na manhã de 20 de janeiro de 1971, no Rio de Janeiro, seis agentes armados de metralhadoras invadiram a casa do ex-deputado federal e o levaram para um quartel próximo. A Comissão Nacional da Verdade classificou o desaparecimento de Paiva como um “caso emblemático” (BRASIL..., 2014, p. 561).

O general João Batista Figueiredo tomou posse como presidente em março de 1979 e se compro-

meteu a restabelecer a democracia no país. Daí em diante, os jornais alternativos e entidades da sociedade civil que se manifestavam contra a ditadura passaram a ser os alvos principais das organizações terroristas de ultradireita, descontentes com o processo de liberalização política. O amplo relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL..., 2014, p. 661) registra que, entre 1979 e 1981, ocorreram mais de 50 atentados com bombas. Em agosto de 1980, em Santos, a Cooperativa dos Jornalistas recebeu telefonemas anônimos com ameaças de bomba na redação e o jornal *Preto no Branco* foi relacionado em um panfleto que intimidava jornalheiros que vendiam órgãos da imprensa alternativa e revistas eróticas.

Os ares da abertura política pareciam não ser suficientes para trazer a esperança de que Santos retomasse a autonomia política. As idas e vindas sobre o fim da área de segurança nacional moldavam sentimentos ora de apatia e frustração, ora de esperança e desejo de luta, renunciando que seria uma batalha longa e penosa.

Desde a decretação da intervenção federal no município, Santos foi governada por 15 anos por administradores que colecionaram polêmicas, aumentando a insatisfação da população diante da impossibilidade de eleger seu prefeito. A gestão do general Bandeira Brasil, o primeiro interventor do município, foi motivo de ampla reportagem de Carlos Brickmann, publicada no *Jornal da Tarde* e em *O Estado de S. Paulo* em 16 de março de 1973. A reportagem relatava as irregularidades cometidas pelo general, como o pagamento de suas despesas com aluguel, impostos, condomínio, luz, água e telefone, sem qualquer cobertura legal. O interventor também viajara para duas cidades japonesas, em companhia da esposa, e resolvera esticar a viagem pela Europa e Estados Unidos, tudo por conta dos cofres públicos (BRICKMANN, 1973, *online*). Apesar de todos os escândalos, Bandeira Brasil só foi exonerado em 14 de março de 1974, já pelo presidente



Garrastazu Médiçi. Com a saída do general, a cidade passou a ser governada por prefeitos nomeados pelo governador, entre eles Carlos Caldeira Filho, sócio-proprietário do Grupo Folha.

Por três vezes, o então presidente Figueiredo prometeu publicamente restabelecer a autonomia da cidade, mas ela só veio depois de muita pressão popular, por meio de um decreto assinado em agosto de 1983 pelo então presidente em exercício, Aureliano Chaves. As eleições para prefeito só viriam a ocorrer em 3 de junho de 1984, com a vitória de Oswaldo Justo, cujo vice era Esmeraldo Tarquínio Neto, filho do prefeito eleito cassado pelo AI-5 e que morrera em novembro de 1982. Mais uma vez, a cidade demonstrava seu inconformismo com a ditadura militar. O PDS, partido de sustentação do governo, teve um desempenho pífio, com apenas 3% dos votos para os dois candidatos da agremiação.

Um jornal que nasce da greve

O *Preto no Branco* foi lançado pela Cooperativa dos Jornalistas de Santos (Jornacoop), em agosto de 1979, logo após a greve dos profissionais da imprensa ocorrida em maio daquele ano no estado de São Paulo. Os grevistas não conseguiram impedir a circulação dos jornais e o movimento fracassou de vez quando foi declarado ilegal. As empresas iniciaram um processo revanchista, demitindo centenas de jornalistas. Em Santos, as demissões na sucursal de *O Estado de S. Paulo/Jornal da Tarde* fizeram com que os jornalistas demitidos passassem a ver a Jornacoop não apenas como espaço para eventuais serviços jornalísticos, mas como uma alternativa de trabalho regular e com mais autonomia e liberdade.

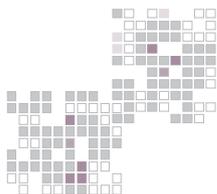
Na época, a cidade contava com apenas dois jornais diários, *A Tribuna* e *Cidade de Santos*, além da sucursal do *Estadão*. Não havia TVs locais e as emissoras de rádio e as pequenas publicações semanais e mensais não tinham capacidade para absorver a crescente demanda de

recém-formados de um dos mais antigos cursos de Jornalismo do Brasil, criado em 1955 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Com a participação ativa dos jornalistas demitidos, juntamente com a colaboração de outros profissionais dos dois diários da cidade e de estudantes de Jornalismo, foi possível viabilizar a ideia de um jornal, à semelhança do respeitado *Coojournal*, da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

A Cooperativa dos Jornalistas de Santos, a terceira mais antiga do país, foi fundada por 76 jornalistas em 15 de julho de 1977. Os estatutos determinavam que a Cooperativa efetuará suas operações “sem qualquer objetivo de lucro” e que a filiação estaria aberta “a qualquer pessoa que se dedique à atividade jornalística, em condições legais, inclusive estudantes ou estagiários de Jornalismo”. Como era possível apenas uma cooperativa por estado, a Jornacoop poderia desenvolver suas atividades em Santos e também nas cidades de São Vicente, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e São Paulo.

O novo jornal era um dos projetos mais ambiciosos da Jornacoop porque daria visibilidade e prestígio à Cooperativa, mas a entidade já desenvolvia outras atividades na área de assessoria de imprensa e na elaboração de boletins, jornais e revistas (principalmente voltado para o público de estudantes), o que lhe rendia certa sustentabilidade financeira, para além da venda de anúncios publicitários. Ela criou uma agência de notícias (que tinha como principais clientes a Intersindical Portuária de Santos e o *Jornal da República*, dirigido por Mino Carta) e prestou serviços para importantes veículos de comunicação, como a rádio e TV Bandeirantes, rádio Jovem Pan, jornal *A Tribuna*, revista *Veja SP* e *Coojournal*, entre outros.

As atas das assembleias não entravam em detalhes sobre a situação financeira da Jorna-



coop, apenas relatos sucintos. Entretanto, na assembleia de 29 de março de 1980, o contador Isaías Pinto foi convidado a fazer um balanço das contas da entidade. Apesar do déficit em 1978, o contador considerou que, em comparação com os dois primeiros anos, “houve um avanço positivo em torno das contas” e que o resultado de 1979 demonstrou “um equilíbrio maior entre a receita e a despesa”.

A Jornacoop já contava com 124 sócios quando o *Preto no Branco* foi para as bancas, impresso no formato tabloide, com tiragem de cinco mil exemplares e 16 páginas, tendo como *slogan* “Um jornal sem patrão”. O ex-editor Oswaldo de Mello explica que foi convidado a editar o tabloide com a missão de “fazer um jornal que trabalhasse pautas que a grande imprensa se recusava a fazer”².

Nesse sentido, muitas matérias exclusivas e inéditas foram produzidas, algumas delas causando evidentes incômodos aos detentores do poder. Já no primeiro número, a matéria de capa era sobre o caso Rubens Paiva, estampada em duas páginas, com entrevista exclusiva com Eunice Paiva, viúva do político desaparecido. Apesar da abertura política, esse era um assunto pouco explorado pela grande imprensa e ignorado pela imprensa local.

Nesse primeiro número, o editorial intitulado “Jornalistas e leitores” anunciava os princípios que regeriam a conduta do *Preto no Branco*. Criticava a imprensa tradicional que, “salvo raras exceções” não cumpre seu papel social e de interesse público, atendendo exclusivamente aos interesses econômicos e políticos de seus proprietários, “menosprezando os dois outros segmentos da atividade jornalística: os jornalistas, que ‘fazem’ o jornal, e os leitores, a quem ele se destina”. Ressaltando o fato de não existir a figura do “dono” do jornal, o compromisso da publicação era apenas com o leitor, “em sua luta por uma sociedade mais justa, democrática e participante”.

Figura 1 – Primeiro número detalha caso Rubens Paiva

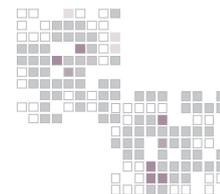


Fonte: Reprodução

No segundo número, a manchete era “*Raul Soares, o navio-prisão*” e a chamada anunciava: “Arrancamos das entranhas do navio maldito as histórias proibidas dos sombrios cárceres, dos calabouços de torturas de presos políticos em 64”. A exemplo do caso Rubens Paiva, a história do navio *Raul Soares* era pouco conhecida até então e também desprezada pela imprensa local. O editorial dessa edição reafirmou o desejo de desvendar episódios ocultos por muitos anos pela ditadura, citando a matéria sobre o navio *Raul Soares*, “um episódio histórico da nossa gente que dormia no limbo, onde estão ocultos tantos outros acontecimentos, que só interessam assim permanecer para aqueles que devem à História”.

Um furo nacional foi apresentado na décima edição, em reportagem que noticiava a intenção do governo federal de instalar uma usina nuclear em praias paradisíacas de Peruíbe, habitadas por uns poucos caixaras, assunto que teve continuidade na edição seguinte com a divulgação de um estudo que confirmava essa pretensão do governo

² Entrevista concedida aos autores deste artigo.



militar. Outra matéria de grande repercussão foi a que divulgou o nome e os altos salários de apadrinhados dos vereadores da cidade. Nessa mesma edição, o editorial com o título “Jornalismo”, reforçava os ideais jornalísticos e o apartidarismo da publicação: “Não façam confusão nem se iludam, pois este jornal não está a serviço de qualquer grupo, partido ou tendência político-ideológica”.

Em julho de 1980, poucos dias antes da edição 12 ser impressa, um panfleto de grupos de extrema direita ameaçou bancas e distribuidoras de jornal que vendiam jornais alternativos. Assinado pelo Comando de Caça aos Comunistas de Santos (CCCS), em conjunto com a Falange Pátria Nova e as Brigadas Moralistas, o panfleto apontava os donos de bancas como “inocentes úteis dos vermelhos e dos imorais”.

Esses grupos radicais alertavam os comerciantes de que estavam colaborando para “o aumento da propaganda comunista e da literatura erótico-pornográfica” ao comercializarem “revistas obscenas e jornais marxistas-leninistas”. Ao final, os grupos exigiam que fosse interrompida imediatamente a venda dessas publicações, “caso contrário tomaremos atitudes drásticas”. O panfleto relacionava 13 jornais alternativos (*Coojornal*, *Preto no Branco*, *Hora do Povo*, *Em Tempo*, *Pasquim*, *Movimento*, *Voz da Unidade*, *Voz Operária*, *Repórter*, *Luta Operária*, *Convergência Socialista*, *Lampião* e *Jornal do Gay*) e outras 13 revistas eróticas.

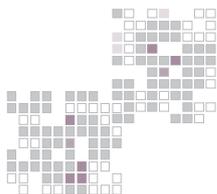
Sobre essas ameaças de organizações paramilitares, o jornal publicou uma pequena nota no número 12, intitulada “Somos contra o terrorismo”, na qual se mostrava convencido de que “o jornalismo independente começou a incomodar de fato os setores mais radicais da direita”. A nota dizia que, num regime de exceção, toda a tentativa de dizer a verdade é vista como nociva por aqueles que “pretendem manter o *status quo*”, que estão “desabitoados e pouco interessados numa via democrática”.

O breve texto argumentava ainda que a liberdade de imprensa não ocorria no Brasil, mas tinha “nos veículos alternativos o seu bolsão de sadia rebeldia”. A nota encerrava com um recado sarcástico às autoridades: “Ao governo, que se diz determinado em restituir ao País um regime verdadeiramente democrático, nossa sugestão: que a mesma eficiência demonstrada no combate aos radicais de esquerda seja imediatamente utilizada agora, com os radicais de direita. João, vamos fazer democracia”. Nesse número, o jornal comunica que os exemplares daquela edição seriam distribuídos gratuitamente para marcar o primeiro ano de existência do jornal e avisa que recebeu ameaça telefônica de que esses grupos terroristas estariam dispostos a lançar uma bomba na redação. Além disso, ao completar um ano de circulação, o *Preto no Branco* decidiu organizar eleições simuladas para prefeito e vereadores na cidade³.

A derradeira edição do *Preto no Branco*, de dezembro de 1980, apresentava a manchete “O povo prefere Tarquínio”, em letras garrafais. A eleição simulada mereceu não só uma matéria integral na capa, como foi o tema do editorial e de quatro páginas internas. O texto da capa citou a presença da reportagem da TV Globo, que se interessou em “registrar a primeira eleição livre para prefeito depois de 68”, que contabilizou um total de 4.208 votos, conferindo a vitória para Esmeraldo Tarquínio (PMDB), como já se previra, com um total de 865 votos. A surpresa foi para o segundo colocado, o representante do regime militar em Santos, o prefeito nomeado Paulo Barbosa (PDS), que conquistou 650 votos.

A última edição do *Preto no Branco* saiu sem qualquer registro de que seria o número derradeiro.

³ De acordo com Oswaldo de Mello, em entrevista aos autores deste artigo, “essa foi a forma que nós aqui do *Preto no Branco* encontramos para deixar claro, depois de um ano de muita batalha, que queremos de volta a autonomia política de nossa cidade”.



deiro. O último editorial, intitulado “Respeito às eleições”, expressava que a realização da eleição simulada para prefeito e vereadores foi a maneira encontrada “para revelarmos a nossa averseção à lei que instituiu as Áreas de Segurança e que atinge Santos”.

O fim do *Preto no Branco* e o encerramento das atividades da Jornacoop podem ter sido acelerados pelas investidas da extrema direita, conforme avaliou o ex-presidente da Jornacoop, Ouhydes Fonseca (2008, p. 6). O jornalista considera que, provavelmente, a realização das eleições “tenha azedado por definitivo o modo como setores conservadores e reacionários da cidade viam a publicação”. No entanto, Fonseca acha mais correto dizer que “houve uma sequência de incômodos, que desaguarão em várias ações de agressividade contra o jornal e a cooperativa”, e “tudo isso, somado, levou ao fechamento do jornal”.

Linha editorial, gêneros e formatos: uma análise do conteúdo do *Preto no Branco*

A análise de conteúdo proposta nesta pesquisa seguiu as orientações de Bardin (1977), ou seja, foi organizada com base em três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Para colher resultados mais confiáveis, desconsiderou-se a possibilidade de análise de uma amostra, optando-se pelo conteúdo integral, ou seja, o *corpus* foram as 15 edições do jornal, correspondentes ao período de agosto de 1979, quando foi lançado, até dezembro de 1980, quando circulou seu último número, totalizando 342 textos jornalísticos.

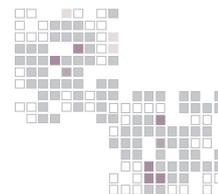
A primeira etapa da análise foi uma avaliação geral de todas essas matérias, com o registro dos títulos, tema geral, temas específicos e destaque na edição (manchete, chamadas na capa, fotos e/ou ilustrações na capa e nas páginas internas).

Na execução dessa tarefa – como o *Preto no Branco* não fazia a divisão de suas matérias por

editorias –, foram determinados previamente temas gerais que normalmente dão nome às editorias de boa parte dos jornais e revistas existentes no mercado. Os 15 temas adotados para essa avaliação foram os seguintes: Política; Polícia; Meio Ambiente; Trabalho Saúde; Cultura; Esporte; Educação; Cidade; Transporte; Economia; Comportamento; Habitação; Minorias e Outros (textos que não se encaixavam em nenhum desses temas). Também foram contabilizados os textos que traziam alguma citação a aspectos do regime militar, mesmo em outras áreas que não a de Política, no tema específico Ditadura.

Por esse levantamento foi possível verificar que a área de Política, com 107 textos (31,08% do total) foi a preponderante durante a trajetória do jornal – característica-chave, aliás, dos jornais alternativos – seguida por Cultura, com 37 matérias (10,85%); Trabalho, com 34 (9,97%) e Meio Ambiente, com 30 (8,79%). Entretanto, nas matérias com alguma referência à ditadura militar, independentemente do tema geral, verificou-se que esse tema específico é que dominou o conteúdo do jornal, com 110 textos (32,25% do total).

Na observação dos temas gerais que mais mereceram destaque nas edições do jornal, foram separadas as matérias com chamadas, fotos ou ilustrações na capa e aquelas destacadas nas páginas internas com fotos e ilustrações. Os resultados mostraram que a Política foi o tema mais valorizado na diagramação, com 34,47%, superando com vantagem todos os outros, tanto na capa, na qual chegou a 40%, quanto nas páginas internas, com 32,63%. Na primeira página, também foram destacados Cultura (11,57%) e Meio Ambiente (10,52%). Já nas páginas internas, houve valorização dos temas Trabalho (12,63%) e Minorias (9,82%). Na totalização dos destaques, Trabalho (11,05%) e Meio Ambiente (9,73%) surgem como os temas mais priorizados depois de Política. No entanto, fazendo o recorte nas matérias relaciona-



das à Ditadura, constata-se que esse tema específico se equiparou à Política na visibilidade nas edições, com 34,47% do total, mas superando-o na primeira página (46, 31%) e ficando em segundo lugar nas páginas internas (30,52%).

Examinando apenas os textos relacionados à ditadura, percebe-se que esse tema específico aparece em 11 temas gerais, registrando maior

frequência em Política, com 77 matérias. Na sequência, há o registro de matérias com citações sobre a ditadura nas áreas de Educação (10 matérias) e Trabalho (9), conforme pode ser observado no quadro abaixo, que mostra ainda que o número 12, com 15 matérias, foi a edição com mais ênfase sobre a ditadura, vindo a seguir a primeira edição, com 11 textos.

QUADRO 1 – Matérias sobre a ditadura publicadas no jornal Preto no Branco divididas por temas

Temas	Edições															Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
Política	9	7	6	5	4	3	2	4	5	4	3	10	6	3	6	77
Trabalho	1					1			4		1	2				9
Esporte				1								1				2
Minorias					1											1
Economia						1										1
Meio ambiente							1									1
Educação								3		4	2			1		10
Cultura											1					1
Humor												1	1	1	2	5
Polícia	1											1				2
Cidade													1			1
Total por edição	11	7	6	6	5	5	3	7	9	8	7	15	8	5	8	110

Fonte: Autoria própria

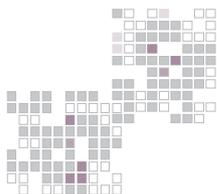
Dessa maneira, foram produzidas novas análises a partir desse recorte sobre a ditadura militar no universo pesquisado. Uma delas foi sobre os gêneros jornalísticos empregados pelo jornal, conforme Marques de Melo e Assis (2016, *online*), que separam os textos jornalísticos em informativos, opinativos, interpretativos, utilitários e diversivos. Constatou-se que o gênero opinativo foi o mais utilizado, com 65 textos, especialmente no formato comentário. Na sequência, vem o gênero informativo, com 44 matérias, com ênfase para a reportagem.

Nas 110 matérias com referências à ditadura, houve também a contagem de dez palavras-chave definidas previamente (censura, prisão, violên-

cia, cassação, anistia, morte, ditadura, eleições, legislação militar e órgãos e agentes de segurança) com o intuito de constatar as mais utilizadas pelo jornal. Depois da leitura dos textos, foram localizadas 1.133 expressões no total.

A análise dessas expressões indicam que a palavra-chave eleições foi a mais citada (23,3%), revelando que o *Preto no Branco* preocupou-se principalmente em reivindicar a realização de eleições livres e diretas em todos os níveis, além de criticar a prorrogação por dois anos das eleições legislativas municipais e, especialmente, condenar a falta de autonomia política de Santos.

A prisão de adversários do regime foi o outro aspecto que predominou nas matérias do tabloide (18%), visto que muitos líderes sindicais e



parlamentares da Baixada Santista foram presos após o golpe de 1964, tanto que o navio-prisão *Raul Soares* é até hoje um símbolo em Santos desse período de exceção.

Algo que nos surpreendeu nesta pesquisa foi a importância dada ao jornal na identificação de segurança (órgãos e agentes) (17,91%), o que mostra o interesse em “dar o nome aos bois” aos setores do governo que cometiam mais arbitrariedades, como é o caso do DOI-Codi, que foi onde ocorreram muitos dos casos de prisão, tortura e morte de adversários do regime.

Além da análise de conteúdo, foram confrontados os dados dos jornais alternativos relacionados por Kucinski (2001, p. 253-259) para compará-los com a abrangência e longevidade do *Preto no Branco*.

O pesquisador mostra ter levantado cerca de 150 jornais alternativos que circularam entre 1964 e 1980, relatando que “um em cada dois não chegava a completar um ano de existência”, “vários ficaram apenas nos primeiros dois ou três números” e “apenas 25 jornais tiveram vida relativamente longa, de até cinco anos” (KUCINSKI, 2001, p. 12). Entretanto, ao observarmos a lista, verificamos que estão relacionadas exatamente 140 publicações, sem menção ao *Preto no Branco*. Algumas delas com inserção discutível na categoria imprensa alternativa, como a revista *Istoé*, editada na época por Mino Carta, e o jornal *Aqui São Paulo*, cujo editor era Samuel Wainer. Kucinski (2001, p. 259) justifica a contagem dessas e de outras publicações convencionais por contarem “elementos alternativos”.

A listagem classifica os jornais em “predominantemente políticos”, “de reportagem”, “de humor”, “culturais”, “feministas”, “anarquistas”, “gay” e “ecológicos”. Examinando a circulação dos veículos indicados, verificamos que a metade deles, 71, tinham abrangência regional. Contudo, a maioria quase absoluta tinha distribuição regional em capitais; somente 16 possuíam sede em cidades que não eram capitais.

O outro recorte de Kucinski (2001, p. 259) foca a longevidade das 140 publicações relacionadas. Independentemente se a distribuição era nacional ou regional, 99 veículos (70,71%) foram considerados “efêmeros”, ou seja, “que duraram menos de um ano”. Dos órgãos regionais, 56 deles (40%) foram classificados como efêmeros. Apenas 15 jornais regionais (10,74%) tiveram um ano ou mais de existência.

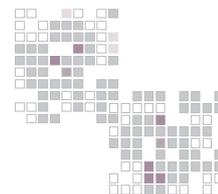
Ao focar os jornais alternativos de caráter regional, o pesquisador destacou, por exemplo, o minitabloide *Boca do Inferno*, de Salvador, que durou três edições, com tiragens que variaram de mil a sete mil exemplares; e *Bagaço*, do Rio de Janeiro, que não passou do número 2. Também recebeu menção *Chapada do Corisco*, outro minitabloide mensal, do Piauí, com tiragem de mil exemplares, também com duração inferior a um ano.

Das experiências de jornalismo cooperativista, além do *Coojournal*, que foi extensamente abordado em sua pesquisa, Kucinski dedicou 36 linhas para fazer referência ao jornal da Cooperativa de Jornalistas de Natal (Coojornat), o *Salário Mínimo*, com periodicidade mensal, “tiragem diminuta” de mil exemplares e apontado como “efêmero”. O autor (2001, p. 62), descreve esse jornal como “pouco diversificado e pouco criativo” e relata “dificuldades de distribuição”.

Já o *Paraná Repórter*, da Cooperativa de Jornalistas de Londrina (Copjornal), lançado em fevereiro de 1980 e que durou apenas cinco edições, mereceu três linhas na obra de Kucinski (2001). Na sequência, uma lacônica linha é dedicada ao jornal santista: “Igualmente efêmero foi o *Preto no Branco*, lançado pela Jornacoop de Santos” (KUCINSKI, 2001, p. 63).

Considerações finais

A investigação sobre o jornal *Preto no Branco* traz à luz uma proposta jornalística inovadora e corajosa. Inovadora porque o modelo cooperativista ainda era uma novidade no jornalismo, ten-



do ganhado alguma notoriedade somente a partir de meados de 1976, quando o *Coojornal*, de Porto Alegre, aumentou sua tiragem e gradativamente passou a ser distribuído em outros estados, ganhando reconhecimento no mercado editorial.

A partir das informações obtidas com este estudo, foi possível eliminar o risco de a trajetória do *Preto no Branco* se apagar com o tempo. Afinal, a realização dessa pesquisa em um futuro próximo provavelmente seria muito mais difícil, diante da possibilidade de se perderem ou não serem mais localizados os resquícios documentais do jornal e da morte daqueles que vivenciaram aquela experiência.

O objetivo de relacionar o *Preto no Branco* com os momentos da cidade de Santos na luta contra a ditadura militar foi cumprido e concluímos que houve interesse do mensário em revelar e aprofundar fatos ocorridos na cidade durante o regime militar, mas que permaneciam desconhecidos de boa parte da população, em uma vertente memorialística sobre a ditadura semelhante à adotada pelo *Coojornal*.

Além de se ocupar em trazer histórias do passado que não puderam ser contadas antes por causa da censura, o jornal produziu também reportagens exclusivas sobre outros assuntos incômodos para o regime militar, como, por exemplo, a proposta do governo de instalar usinas nucleares no Litoral Sul (furo nacional) e a ampla cobertura da primeira greve no porto de Santos após 1964. A tradição oposicionista e de resistência ao regime fez com que a cidade fosse castigada politicamente e o *Preto no Branco* soube traduzir esse sentimento de rebeldia e inconformismo contra as arbitrariedades perpetradas pelos detentores do poder como nenhum outro jornal local.

É importante frisar que, em agosto de 1979, quando saiu o primeiro número do *Preto no Branco*, o Brasil já vivia um processo de distensão política, mas a criação de um jornal alternativo continuava exigindo audácia por parte de seus

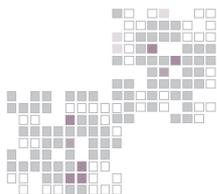
integrantes e convicção do seu papel na defesa da democracia plena. Era uma época em que as promessas de redemocratização ainda eram vistas com desconfiança, muito mais em uma cidade que continuava sob a tutela federal e cujas principais lideranças haviam sido sufocadas.

Afinal, desde que o presidente Ernesto Geisel proclamara a chamada “abertura política lenta, gradual e segura”, vários acontecimentos mostravam que o regime poderia endurecer novamente a qualquer momento. As mortes de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho nas celas do DOI-Codi e o pacote de abril de 1977, por exemplo, eram exemplos de que o processo de redemocratização enfrentava turbulências e reviravoltas.

Quando o *Preto no Branco* foi para as bancas, a censura prévia à imprensa escrita já havia acabado, mas o controle do governo nas rádios e TVs era absoluto. O AI-5 fora extinto, mas permaneciam intocáveis a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e outros instrumentos institucionais. Ao mesmo tempo em que anunciava a Lei de Anistia Política, o governo de João Figueiredo prorrogava as eleições legislativas municipais por dois anos e não havia perspectivas concretas de quando os municípios considerados de segurança nacional, como Santos, retomariam sua autonomia política.

Em 1980, quatro jornalistas do *Coojornal* foram presos e processados por causa de uma matéria que revelava documentos secretos do Exército sobre a guerrilha no Vale do Ribeira. Ainda em 1980, a greve que paralisou as indústrias metalúrgicas do ABC resultou na interdição dos sindicatos e na prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e mais 29 líderes sindicais, enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

A apreensão sobre o risco de interrupção nas medidas democratizantes do governo militar se acentuou na onda de atentados praticados por grupos de extrema direita ao longo do ano de 1980 e começo de 1981. Dezenas de atentados



a bomba e ameaças contra bancas que vendiam jornais da imprensa alternativa agitaram o país, prejudicando drasticamente a distribuição e venda dessas publicações, muitas delas encerradas definitivamente após os atos terroristas, como foi o caso do *Preto no Branco*.

Importante destacar ainda que a manutenção de um jornal alternativo nas décadas de 1970 e 1980 enfrentava grandes dificuldades estruturais, visto que a adaptação da imprensa aos moldes industriais exigia concentração de capital e tecnologia. Os periódicos alternativos, conforme aponta Caparelli (1986), traziam muitas características do jornalismo pré-capitalista, como métodos quase artesanais de produção e distribuição, poucas pessoas envolvidas nos projetos, foco em valores ideológicos e não no lucro e, conseqüentemente, pouca eficácia na captação de anúncios, características que eram obstáculos para a consolidação no mercado.

Apesar desses entraves, o *Preto no Branco* conseguiu ter uma relativa longevidade em comparação com outros alternativos. Com base na lista de 140 jornais da imprensa alternativa divulgada por Kucinski (2001), foi possível constatar que se o *Preto no Branco* tivesse sido incluído nessa relação, ele estaria entre os 41 veículos (29,29%) que conseguiram sobreviver por um ano ou mais. E, se fossem considerados apenas os jornais com distribuição regional que alcançaram essa marca, o tabloide da Jornacoop estaria entre os 15 (10,71%) identificados por Kucinski (2001).

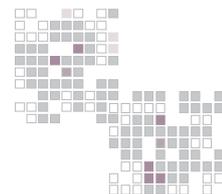
Os resultados obtidos na análise de conteúdo demonstraram que sua linha editorial se concentrava na área política, característica-chave dos jornais alternativos, mas também com espaço substancial para assuntos ligados ao trabalho, cultura e meio ambiente. No entanto, a questão específica da ditadura era a que mais se sobressaía no conteúdo jornalístico, numa relação intrínseca entre história e comunicação e o protagonismo da cidade de Santos nesse processo.

Na avaliação sobre o destaque dado aos conteúdos, descobriu-se que o tema específico da ditadura foi preponderante na primeira página, ocupando 46,31% desse espaço nobre do jornal ao longo das 15 edições, ultrapassando a todos os demais na quantidade de inserções e na quantidade de fotos e chamadas. No recorte feito entre as 110 matérias relacionadas à ditadura, verificou-se que o formato opinativo foi o mais adotado, presente em 65 textos, seguido pelo gênero informativo, com 44 matérias no total.

Constatou-se, ainda, que o *Preto no Branco* caracterizou-se por repetir quatro assuntos com mais insistência, sendo o mais constante a defesa de eleições livres e diretas em todos os níveis. As prisões realizadas ao longo do regime militar contra seus opositores também foram ressaltadas recorrentemente, bem como a indicação dos órgãos de segurança responsáveis pelas prisões e excessos cometidos contra os elementos considerados subversivos pelos militares. A violência praticada pelos órgãos de repressão foi a outra palavra-chave com maior incidência nos textos.

A linha editorial do jornal foi explicitada em editoriais e comunicados ao leitor. O jornal se comprometeu a ficar ao lado da comunidade “em sua luta por uma sociedade mais justa, democrática e participante” (número 1); assegurou que “não está a serviço de qualquer grupo, partido ou tendência político-ideológica”, classificando-se como “atuante, aberto, limpo e independente; honesto antes de tudo” (número 10). Expressou seu desejo pelo retorno da autonomia política de Santos, “que é nosso direito, e do qual não abrimos mão”, reconheceu que nasceu “corajoso” em uma região onde foram ceifadas suas lideranças e onde a repressão instalou “o medo em cada casa desta Ilha de São Vicente” (número 12).

É imperioso comentar que a imprensa alternativa e a ditadura militar continuam sendo temas extremamente atuais, fazendo-nos resgatar as ideias de estudiosos da história



e da comunicação, de que os fatos do passado ganham novos significados no presente. A imprensa alternativa, por sua vez, continua existindo, apesar de ter formas de sustentação financeira distintas, dessa vez utilizando o espaço das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), mas mantendo o propósito de apresentar conteúdos que não são encontrados na imprensa tradicional. Boa parte desses novos espaços jornalísticos continua advogando causas muito parecidas das enaltecidas pelos jornais alternativos das décadas de 1960, 1970 e 1980, como o compromisso com a democracia e os direitos das minorias sociais, com olhar crítico, aprofundamento e independência.

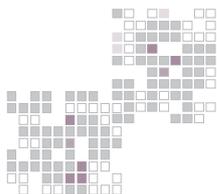
Em síntese, as hipóteses expostas neste estudo foram confirmadas na demonstração da importância do *Preto no Branco* no cenário da imprensa

alternativa, entre outras razões, por contribuir para o registro e conhecimento da história do regime em Santos, ter sido um dos poucos exemplos brasileiros de exercício jornalístico no sistema cooperativista e ter se mantido no mercado por cerca de um ano e meio.

E, ao contrário de outros órgãos da imprensa alternativa, o *Preto no Branco* não se limitou a destacar a ditadura militar em suas páginas. O jornal partiu do discurso para uma ação prática de confrontação perante o regime ao realizar uma eleição simulada para o Executivo e o Legislativo quando o município ainda era tutelado pelo regime militar e poucas semanas após ter sofrido ameaças de grupos terroristas. A forma contundente como o jornal reagiu às ações desses grupos paramilitares também demonstrou o seu destemor diante dos setores mais retrógrados das Forças Armadas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. P. N. Imprensa alternativa. **Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>. Acesso em: 16 nov. 2018 .
- BAHIA, J. *Jornal, História e Técnica. História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Atica, 1990.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese – Revista eletrônica de pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC*, vol. 2, n. 1(3), p. 68-80, jan-jul 2005.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**, vol. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BRICKMANN, C. Oito acusações contra o general interventor. *Jornal da Tarde/O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 6 mar.1973. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0307.htm>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- CAPARELLI, S. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus, 1986.
- CHINEM, R. **Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet**. São Paulo: Disal, 2004.
- DIAS, A. E. Depoimento. **Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta**. Santos: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. Entrevista concedida a Ricardo Marques da Silva.
- FAERMAN, M. A imprensa alternativa. **Cadernos de Comunicação Proal**, n.1, São Paulo, p. 31-38, 1977. Entrevista a Cadernos de Comunicação Proal.
- FESTA, R; LINS DA SILVA, C. E. (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FONSECA, O. Um jornal para não esquecer. *A Tribuna*, 01 jun. 2008. p. 6.
- GASPARIAN, F. Depoimento. A imprensa alternativa. **Cadernos de Comunicação Proal**, n..1, São Paulo, p.31-38, 1977. Entrevista a Cadernos de Comunicação Proal.
- GIL, Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- HORTA, S. A. Imprensa alternativa – Comentários sobre o acervo. **Revista CPC**, São Paulo, n. 5, p. 76-92, 1 abr. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15617/17191>. Acesso em: 6 jan. 2019.



- KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- LOPES, D. F.; SILVA, I. R. da. **Inventário dos jornais de Santos: 1849-2000**. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, Santos. Anais eletrônicos – São Paulo; Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0066-1.pdf>. Acesso em 24 jun. 2017.
- MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** – INTERCOM, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan/abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.
- NAPOLITANO, M. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, G. S. de. **Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta**. Santos: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. Entrevista concedida a Ricardo Marques da Silva.
- PEREIRA, R. Depoimento. A imprensa alternativa. **Cadernos de Comunicação Proal**, n.1, São Paulo, p. 31-38, 1977. Entrevista a Cadernos de Comunicação Proal.
- _____. Cinco anos de reportagem. In: **Imprensa alternativa. Apogeu, queda e novos caminhos**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005. p. 64-69.
- PERUZZO, C. Introdução. In: _____; OTRE, M. A. C. (Orgs.). **Comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil. Sinais de resistência e de construção da cidadania**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.
- RODRIGUES, L. M. O CGT e os anos do sindicalismo nacionalista. A importância da cidade de Santos. In: MARTINS, C. P. **Memória sindical de Santos: 1930-1964**. Santos: Fundação Arquivo e Memória, 1997, p. 1-14.
- SANTOS, A. dos. Depoimento. Navio-prisão Raul Soares: Memórias do cárcere flutuante. *Diário do Litoral*, Santos, 25 out.2013. Entrevista com autor não identificado. Disponível em: <http://www.diariodolitoral.com.br/sindical-e-previdencia/navio-prisao-raul-soares-memorias-do-carcere-flutuante/20810/>. Acesso em: 23 dez. 2018.
- SILVA, R. M. da; ALEXANDRINO, C. M. **Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta**. Santos: Secretaria Municipal de Cultura, 1988.

